

Nuno
de
Bragança

O trabalhador rural e a Industrialização

A transferência de população da agricultura para outros sectores da actividade económica comporta uma problemática complexa para as pessoas transferidas — modificações de ambiente, de hábitos, de cultura, etc. — transcendendo em muito o aspecto restrito de uma mudança de profissão. No presente artigo referem-se as medidas práticas que em vários países da O.C.D.E. têm sido tomadas, com o fito de resolver os problemas criados pela aludida transferência, quer em relação aos trabalhadores rurais, quer às suas famílias.

I

No princípio do século corrente, a população rural começou a diminuir nos países que se industrializavam. Este fenómeno, acentuou-se de tal modo após a guerra de 1939-45, que já não o podemos considerar um acidente superficial, mas sim uma característica importante da vida colectiva actual. Basta recordar que o contingente de trabalhadores agrícolas europeus sofreu uma redução de 25 %, de 1910 até hoje — apesar de a Europa incluir Itália, Espanha, Grécia, Portugal e Turquia.

A esta diminuição corresponde um aumento de activos noutros sectores de actividade, particularmente no das indústrias transformadoras. O que significa que milhares de pessoas se encontram arrastadas numa movimentação que as transfere para um modo de vida inteiramente diferente daquele que conheceram no começo da existência.

Fácilmente se compreende que não se trata apenas de mudar de profissão, visto que esta mudança implica muitas outras. Quando o regime fascista italiano promulgou uma lei contra a urbanização, os que então se responsabilizavam pelo destino dos Ita-

lianos pretendiam evitar aquele fenómeno que, até há pouco, era condição necessária ao ingresso de rurais na indústria: o afluxo destes às cidades. Se actualmente o Ministério do Trabalho italiano publica todas as semanas um jornal especial para os trabalhadores com informações sobre os empregos vagos nos centros industrializados da Itália; se o mesmo Ministério divulga informações desse tipo na TV, e se esforça por multiplicar instituições de acolhimento aos rurais que afluem às cidades, isso representa o progresso¹ de um país que identificou a inevitabilidade dum fenómeno e procura combater, não o fenómeno inevitável e como tal capaz de bons e maus efeitos, mas estes últimos.

Outras modificações, portanto, afectam a população assim em movimento: modificações de ambiente, de hábitos, de cultura. Se a substituição duma profissão rural por uma fabril coloca o homem perante a necessidade de uma importante adaptação, não é menor o esforço que tal transferência exige à mulher desse homem, a qual, sem mudar de profissão — porque a tarefa que lhe cabe continua a ser cuidar dos filhos, da casa e preparar os alimentos — se defronta com as dificuldades de exercer essa tarefa noutra meio, com outros preços, muitas vezes recorrendo a outros alimentos, além do que, por se inserir numa organização social mais sofisticada, se vê ante problemas novos cuja solução é dificultada pelo analfabetismo e outras inferioridades.

Quanto às crianças, apesar da sua adaptabilidade ser grande, também a experiência da migração se traduz em choques e dificuldades.

E se a mulher migrante for solteira e igualmente mudar de profissão, outros problemas são de considerar.

Há que fazer também uma referência ao despovoamento que esta deslocação de massas traz ao meio rural. À primeira vista, o resultado parecerá desolador, e é-o, efectivamente, quando estruturas socio-económicas pouco recomendáveis, que praticavam métodos antiquados e viviam do recurso fácil a multidões de candidatos a jornas magras, não são rapidamente substituídas por uma realidade diferente. Esta não apresenta facilidades imediatas para os produtores agrícolas. São-lhes exigidas novas técnicas, por vezes novas produções, bem como profundas alterações aos hábitos e à forma de actividade pessoal. Um lavrador português dizia-nos há tempos: «*O empresário rural que se senta no café será substituído pelo que se senta no tractor, ou ver-se-á forçado a arrendar em más condições*». Esta frase diz muito acerca das modificações que a re-

¹ Nesta óptica se situa a Comissão Económica Europeia da O.N.U., ao considerar indispensável uma redução dos activos agrícolas europeus, na ordem dos 50 %, e do mesmo modo a Comunidade Económica Europeia, ao financiar 50 % das despesas dos países-membros com a reconversão profissional de trabalhadores rurais.

dução de mão-de-obra tende a provocar no nosso sector agrícola, e certos números também: nos últimos anos, e segundo um relatório da O. N. U., as despesas médias anuais de capital na lavoura dos países industrializados europeus foram superiores em 60 % (a preços constantes) às de dez anos atrás. Porém, segundo a mesma fonte, o acréscimo da produtividade e por trabalhador foi — entre 1957 e 1965 — mais volumoso na agricultura do que na indústria em diversos países europeus. Assim, se em países como a República Federal Alemã, a Suíça ou a Suécia, cada trabalhador agrícola tem, em média, 30 a 40 contos de equipamento para manejar, o rendimento produtivo por unidade de mão-de-obra agrícola sofreu, nesses mesmos países, incrementos que rondam a impressionante cifra dos 100 %.

Dissemos atrás que estas transformações constituem um fenómeno inevitável. Isto é verdade, quer consideremos as necessidades crescentes em trabalhadores por parte das indústrias em expansão, quer olhemos as necessidades crescentes dos trabalhadores, apanhados na dupla tenaz das solicitações que lhes vêm, por um lado, da multiplicidade de produtos que a publicidade das economias de mercado tende a fazer desejar obsessivamente²; por outro lado, dos salários cada vez mais altos que um mercado de emprego com carência de mão-de-obra oferece. O presente fenómeno da emigração portuguesa é uma exemplificação, à escala internacional, dos efeitos dessa tenaz.

Não é, porém, do ponto de vista internacional que este artigo se referirá ao problema. O nosso intuito é o de divulgar determinadas conclusões que resultaram dos estudos, feitos na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (O. C. D. E.), sobre a adaptação à indústria da mão-de-obra rural nacional.

Esses estudos são de várias ordens. Fundamentalmente, procuraram alcançar certas conclusões de carácter geral através duma análise comparativa dos factos e das medidas práticas que diversos países-membros têm tomado para resolver problemas criados pela transferência da mão-de-obra da agricultura para a indústria. O tema foi assim evoluindo no sentido de vir a permitir a elaboração duma Recomendação da O. C. D. E. aos seus países-membros, e nesse sentido se orientam os trabalhos do Comité funcionando na Divisão de Mão-de-Obra e Assuntos Sociais do referido organismo internacional.

² A crítica ao aumento de ambições do trabalhador rural é fácil, e por isso frequente. A seriedade, porém, exige que se considerem duas ordens de factores: 1) em que medida o repúdio de certas condições, até há pouco aceites por ignorância e necessidade, é consequência legítima da dignidade e igualdade naturais dos homens; 2) até que ponto os autores da crítica se encontram idênticamente impelidos pelo mesmo aumento de necessidades sugeridas pela publicidade.

O presente artigo propõe-se divulgar as linhas gerais das conclusões desses estudos, partindo de documentação que nos coube estudar como membro da delegação de Portugal à 12.^a Sessão do referido Comité. Dentre as fontes utilizadas destacaremos o relatório elaborado para a O. C. D. E. por G. BEIJER, e publicado por esse organismo (título da versão em francês: *La main-d'oeuvre rurale nationale*).

II

Um fenómeno inevitável não é automaticamente bom. Esta verdade, apesar de rubricável por La Palisse, não foi considerada pelo civilizado Ocidente, onde estes movimentos de população surgiram e evoluíram com todos os inconvenientes da espontaneidade. Quando — por exemplo — as autoridades turcas mandaram polícias para demolir os bairros chamados Gecekondu, feitos de casas erguidas durante a noite por rurais afluindo à cidade, elas estavam reconhecendo *a posteriori* que um dos inconvenientes a evitar no fenómeno que estudamos consiste na formação de *grupos marginais*, espécie de subproletariado que já não é do campo e ainda não é da cidade, nem talvez consiga vir a sê-lo³. A tentativa de solução representada por essa demolição coerciva apresenta toda a inoperância e desumanidade das reacções dos governos apanhados de improviso por fenómenos que não previram e provavelmente reprovam. Se hoje as autoridades turcas recorreram às sugestões de um sociólogo para efectuar a transformação desse subproletariado em proletariado urbano, devemos congratular-nos, não só porque as coisas melhoram um pouco na Turquia, mas sobretudo porque essa melhoria resulta de que o Ocidente industrializado se convenceu duma necessidade: a de não deixar aos empurrões do acaso um fenómeno tão importante.

Na base desta modificação encontramos mais o interesse do que os bons sentimentos. Assim, num dos documentos a que nos reportamos, podemos ler: «*Com o desenvolvimento industrial em certos países, o aparecimento de novas necessidades em mão-de-obra levou a que se desse uma atenção particular ao aspecto da produtividade dos trabalhadores vindos da agricultura para a indústria. Esta reflexão conduziu à análise mais aprofundada dum ajustamento eficaz às exigências da produção industrial e da vida nas colectividades urbanas. Veio assim a lume que a adaptação dos*

³ Os bairros periféricos como expressão habitacional desta marginalidade não são, como se sabe, exclusivo da Turquia. A título exemplificativo recordamos os filmes *A Casa*, de Vittorio DE SICA, e *Os Verdes Anos*, de Paulo ROCHA.

recém-vindos não poderia ser facilitada ou mesmo analisada sem tomar em conta um número assaz grande de factores que intervêm durante o processo de transferência. Em contrapartida, nos países menos desenvolvidos o afluxo de camponeses à cidade levantou os problemas da miséria de trabalhadores migrantes que se empregaram mal ou não se empregam».

A mesma realidade é muito bem sintetizada por um economista norte-americano ⁴, quando aponta que o «humano» e o «humanitário» se tornaram imperativos económicos a partir do momento em que os cálculos do economista revelaram que os investimentos na promoção da competência da mão-de-obra são compensados com lucros elevados. E, pois que essa promoção exige o respeito de valores defendidos pela moral social, foi inaugurada uma ponte entre a política económica e a política social, *visto que os valores aceites no domínio ético e social podem agora ser traduzidos em lucro*. Se a conclusão revela cinismo, este não estará tanto no autor como no comportamento colectivo a que se reportou, e que de resto vem na linha duma antiga tradição. Por exemplo: há boas razões para crer que certas invenções capitais da Idade Média, tais como a ferradura e o arreio tipo *coelheira*, surgiram como frutos da necessidade criada pela falta de mão-de-obra escrava. Podemos-nos indignar, mas devemos pelo menos reconhecer a utilidade do progresso, que, mesmo quando impulsionado pelo instinto em busca do que é materialmente lucrativo, acaba sempre por aumentar a libertação do homem. A ferradura e a *coelheira* conduziram à utilização em larga escala das azenhas, permitindo aplicar à generalidade das mulheres, assim libertas do almofariz, as palavras com que um poeta grego saudara a invenção de uma máquina que só foi bem aproveitada muito tarde e porque teve de o ser ⁵. Em conclusão: os lucros do capitalismo ocidental começam a exigir o respeito de certos factores sociais na transferência da mão-de-obra agrícola para a indústria.

A mobilidade dos trabalhadores pode, pois, ter resultados maus. Já referimos um deles: a formação dum subproletariado marginal, caracterizado pelo desemprego ou pelo subemprego, resultando que os migrantes, feitas as contas, não conseguiram mais do que substituir um nível de vida rural inferior por um nível de vida urbano ainda mais inferior. Outro resultado mau será a concorrência involuntariamente feita pelos migrantes aos trabalhadores locais, no sentido de fornecer à classe patronal um meio de

⁴ Solomon BARKIN in *The Manpower Policies of the O.C.D.E.*, citado por G. BEIJER in ob. cit.

⁵ «Descansai essas mãos familiarizadas com o almofariz, ó raparigas que antigamente esmagáveis o grão! É vosso, de futuro, o prazer dos longos sonos que desdenham o cantar do galo. Porque a tarefa que foi vossa encomendou-a Demeter às Ninfas» (cit. por Georges LE FRANC in *Histoire du Travail et Travailheurs*).

travar quaisquer pretensões destes por recurso aos recém-vindos, o que não poderá deixar de lhes criar o pior dos ambientes, e de desfavorecer a evolução social na comunidade onde tal suceda.

Os problemas resultantes da passagem do meio rural ao meio industrial não são, porém, de nível exclusivamente salarial, porque muitos deles resultam das dificuldades psicológicas criadas pela modificação das condições de vida, dando origem a variadas formas de frustração e desorientação. E, para que tal ocorra, nem é necessário que o trabalhador saia da sua região. Na Noruega, a instalação do grande complexo siderúrgico Norsk Jernverk em Mo i Rana, no norte do país, representou uma acertada e de certo modo modelar medida de política de emprego, pois implantou um importante centro industrial numa região desprovida de indústria e apresentando tradicionais excedentes de mão-de-obra. Mas, porque os industriais noruegueses inicialmente não tomaram medidas para facilitar a adaptação dos trabalhadores locais que ingressaram no trabalho siderúrgico, surgiram problemas que levaram as autoridades a pôr em prática um vasto programa de investigação acerca das consequências sociais da implantação da siderurgia em Mo i Rana.

Verifica-se, pois, que a atenção dos governantes e mesmo dos industriais cada vez se ocupa mais dos problemas levantados pela passagem dos rurais ao sector industrial e à vida de comunidade urbana. Como resultado desse esforço, verificou-se uma modificação inteligente na maneira de abordar esses problemas com o objectivo de os solucionar.

III

Há menos de dez anos, os esforços neste capítulo tendiam à criação de meios para auxiliar os indivíduos que tinham entrado espontâneamente no sector industrial vindos da agricultura. Presentemente, a orientação é outra, e sem menosprezar os instrumentos aptos para assistir os indivíduos que se transferiram espontâneamente, procura-se sobretudo actuar *ao nível das estruturas*, tanto do meio industrial como do próprio meio rural, substituindo-se assim a *acção estática* que atinge os trabalhadores em etapas da sua evolução (por hipótese, à partida do meio rural e à chegada ao meio industrial e urbano) por uma *acção dinâmica*, que procura harmonizar racionalmente todo o processo ininterrupto da passagem, buscando efectuar as necessárias transformações, tanto nos grupos mutantes como nos meios de recepção.

Uma actuação destas pressupõe um esforço de âmbito nacio-

nal, cuja justificação é a seguinte: a transferência de trabalhadores rurais para a indústria, enquanto exigência do desenvolvimento económico e factor deste, beneficia a comunidade nacional, a qual sofrerá prejuízos se essa transferência não se processar equilibradamente. Esta concepção permitirá justificar não só as iniciativas tomadas ao nível nacional como também que se levem as circunstâncias territoriais e as entidades privadas, nomeadamente as empresas, a colaborar na tarefa de garantir uma transferência equilibrada.

A «justiça» inerente à própria lógica duma verdadeira adaptação exige que esta, como já se disse, traga modificações não só aos grupos mutantes, mas ao próprio meio de recepção. Como escreve BEIJER no seu relatório, *se é verdade que se exige à mão-de-obra uma adaptação à organização industrial, aceitando as técnicas e o sistema que lhe são próprios, é igualmente verdadeiro que cumpre à organização industrial começar por colocar a mão-de-obra de origem rural em posição que lhe permita efectuar a mencionada adaptação; por outro lado, há que exigir-lhe que adapte a sua própria política à realidade representada pela mão-de-obra originariamente rural, dentro dos limites autorizados pela produção e pela estrutura*⁶.

Antes de considerarmos de que modo se devem abordar as estruturas, com vista a eliminar as dores e os fracassos da transferência, convém-nos considerar uma noção fundamental: a de *distância social*. Por tal, entenda-se todo o conjunto de factores de ordem económica, social e cultural que diferencia dois grupos humanos. Trata-se, pois, de um conceito prático, e sem paralelo com o emprego da expressão revestido de ambições mais vastas (por exemplo, a escala de distâncias sociais de BOGARDUS).

A noção de distância social permitirá tomar consciência da grande diversidade das situações nacionais. Simultaneamente, abre caminho à distinção — fundamental — entre diferenças quali-

⁶ Um exemplo colhido em Portugal mostra a importância deste segundo aspecto. No *Boletim do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra* (números 5/6, Julho e Setembro de 1965, pág. 10 e seguintes), depois de se assinalar que o principal obstáculo à integração, na indústria, de ex-rurais formados pelos métodos de formação profissional acelerada (f.p.a.), é de ordem psicológica e respeita tanto às entidades patronais como aos colegas de trabalho, afirma-se: *A maioria dos casos em que o estagiário abandonou a profissão ou o País teve origem na desilusão sofrida por mau acolhimento de superiores.*

Por outro lado, quando há compreensão e benevolência por parte dos dirigentes, o estagiário de f.p.a. começa ao fim de pouco tempo a dar um rendimento superior, processando-se a sua integração na profissão sem dificuldades, como o demonstram, em grande maioria, quantos indicámos atrás como exercendo actualmente a profissão aprendida.

De notar que os trabalhadores referidos no texto que transcrevemos são, na sua maioria, celibatários e recém-desmobilizados do Ultramar, pelo que estão longe de fornecer exemplos típicos das dificuldades experimentadas numa transferência agricultura-indústria.

tativas (implicando uma hierarquia de valores) e outras que a não implicam (ex.: não podemos considerar no mesmo plano uma diferença de linguagem e aquela outra que resulta da presença e ausência, em dois grupos, de hábitos de higiene). À luz de uma análise das várias formas de distância social veremos que aí reside o factor mais importante do processo de adaptação.

A distância social pode fazer-se sentir sem a presença de diferenças salariais ou sem a intervenção geográfica: citámos atrás um exemplo, ocorrido na Noruega. Contudo, a ausência desta última facilita a eliminação daquela. Na República Federal da Alemanha, cujo passado histórico facilitou a descentralização industrial que caracteriza o seu actual desenvolvimento, as distâncias sociais atenuaram-se aceleradamente em virtude de uma política tendente à implantação de indústrias novas em regiões desfavorecidas⁷. A implantação de indústrias novas nas regiões rurais do norte da Itália facilitou uma transferência sem complicações. Para tal contribuiu o facto de uma agricultura assinalavelmente modernizada ter preparado o ambiente (ao contrário do que sucedeu com as primeiras indústrias implantadas no Mezzogiorno, onde o atraso da população criou problemas); mas há que destacar o recurso a certas medidas prudentes, como foi o caso da Sociedade Olivetti, que se instalou em regiões rurais de molde a permitir que 50 % do seu contingente de mão-de-obra não se visse obrigado a mudar de residência. Por vezes, é a alternância sazonal de empregos industriais e agrícolas que, aliada à ausência de migração definitiva, facilita o dissolver progressivo das distâncias sociais. Tal parece ser o caso de certas regiões austríacas, em que a alternância de empregos agrícolas com os da construção civil é um fenómeno generalizado (48 % da mão-de-obra rural agrícola alterna o trabalho no sector primário com trabalho no secundário).

Estamos em condições de referir os dois princípios a que deve obedecer a transferência: o da *segurança na mobilidade* e o da *integração*.

O primeiro pode resumir-se dizendo que se trata de evitar a mobilidade espontânea e cega, pelo que se torna necessário começar por actuar no próprio meio de partida através de serviços aptos para assegurar a informação dos trabalhadores e a sua colocação (subsidiada, sendo caso disso). No capítulo da informação não incluímos apenas divulgação de notícias sobre as regiões industria-

⁷ Basta considerar os seguintes números, referentes à criação de unidades industriais empregando mais de 50 pessoas:

1955/1957: 797 empresas novas, das quais 506 fora de grandes centros.
1958/1960: 931 empresas novas, das quais 670 fora de grandes centros.

lizadas, onde efectivamente há vagas aptas para absorver imediatamente recém-rurais, mas também uma divulgação das características desses empregos, e da própria vida urbana, já ao nível de uma orientação profissional. Em França, por exemplo, a efectivação, em meios rurais, de reuniões destinadas a esclarecer os candidatos a empregos industriais acerca destes e da vida urbana que lhes correspondia, teve como resultado a desistência de vários candidatos, poupando-se-lhes assim o fracasso duma tentativa sem verdadeira fundamentação. No Japão, centros móveis de orientação profissional e de colocação são instalados em autocarros, que percorrem as regiões agrárias para alcançar os rurais antes deles migrarem. Por vezes, este aspecto de antecipação reveste a forma de adaptação ou mesmo criação de empregos industriais para absorção de grupos já em mutação. Por outro lado, a segurança na mobilidade não respeita apenas ao emprego, mas às condições de transferência e de instalação, e isto leva-nos a considerar o aspecto dos subsídios de deslocação e das instalações apropriadas na nova região (este último obriga frequentes vezes a conjugar a política de emprego com a política habitacional, do que a Suécia fornece abundantes exemplos).

Quanto ao princípio da *integração*, há que ter em conta que se trata fundamentalmente de assegurar a coabitação de grupos sociais sem tornar obrigatória uma *assimilação* (ou absorção socio-cultural). A assimilação poderá surgir no final dum processo gradual, se bem que o respeito pela *personalidade* dos grupos mutantes conduz sobretudo a *fusões* socio-culturais que também transformam o grupo de recepção.

Para já, retenha-se que a garantia duma transferência que respeite certas características socio-culturais dos grupos mutantes, sem prejuízo da sua adaptação ao essencial da nova vida, é um poderoso factor no sentido de se alcançar o objectivo fundamental do ponto de vista profissional: colocar os ex-rurais em pé de igualdade com os colegas do meio urbano. Por vezes, uma transferência desequilibrada obriga a criar um regime especial para o grupo mutante, mas vai precisamente prejudicar a sua adaptação, na medida em que faz dele um grupo inferiorizado. Essa inferiorização não reveste apenas aspectos profissionais: ela existirá sempre que o grupo mutante não participe da vida económica, política e social do novo meio ⁸.

1758

⁸ Quem quer que tenha visitado as «colónias» de Portugueses nos arrabaldes de Paris obteve uma visão quase caricatural do que seja um grupo mutante inferiorizado pela sua não-integração.

IV.

Ao serviço dos dois objectivos fundamentais referidos — segurança na mobilidade e integração —, e considerando a experiência prática de alguns países, apresenta o relatório BEIJER⁹, onze pontos que enumeraremos em seguida, acrescentando-lhes alguns esclarecimentos complementares:

1. Uma política activa de mão-de-obra, de que resultem uma redistribuição da população e uma mobilização das reservas não utilizadas de mão-de-obra nacional, deve ter em conta:

- a) por um lado, a relação entre o crescimento demográfico e a estrutura da população; por outro lado, o acréscimo de activos; e também a importância de que se revestem as previsões em matéria de mão-de-obra numa planificação económica;
- b) as características da população activa consideradas como um dos mais importantes recursos para o desenvolvimento económico, e, ao longo do tempo, a evolução dinâmica dessas características;
- c) a necessidade de mobilizar todas as reservas de mão-de-obra disponíveis como meio de acelerar o desenvolvimento económico e, no futuro, de acelerar a taxa de crescimento económico.

Trata-se, em resumo, de aplicar na prática o conceito — de aquisição relativamente recente — segundo o qual o planeamento económico não tem possibilidades de êxito se não tiver expressão em termos de mão-de-obra (ou, para empregar a expressão de Alfred SAUVY¹⁰, «em número de homens de diversas qualificações»). E também de respeitar a importância de dados estatísticos exactos e suficientes para o delineamento duma política activa de mão-de-obra.

2. As medidas para adaptação da mão-de-obra rural devem ser tomadas tanto pela indústria como pela comunidade (*onde esta se situa*).

⁹ Antes de efectuar a enumeração, o relatório esclarece:

«Os pontos que se seguem são enumerados pressupondo que se pratica uma política de mão-de-obra tendente a mobilizar e utilizar todas as reservas disponíveis.

«(...) Seria errado interpretar as medidas socio-económicas a tomar de forma a excluir um dos dois aspectos do processo, do que resultaria uma apreensão incompleta do fenómeno; ao ler as recomendações seguintes, há que recordar a reciprocidade no fenómeno considerado: o efeito produzido nos rurais pelas comunidades de recepção e medidas por elas tomadas, e o efeito produzido pelos rurais adaptados nas comunidades que os recebem».

¹⁰ Prefácio a *La Population Active*, de Claude VIMONT.

No relatório redigido por M. TALAMO após o Seminário internacional organizado pela O. C. D. E. em 1963-64 para estudo deste assunto, podemos ler: «Há que ter na devida conta a interdependência dinâmica que liga a indústria à comunidade em que se insere e exerce a sua actividade. Com efeito, se por um lado a indústria influi nas estruturas e relações próprias duma comunidade, por outro lado, o sistema social da comunidade actua sobre a actividade industrial. Deste modo, estabelecem-se múltiplas relações entre a empresa e a comunidade e, através desta, entre a empresa e o sistema económico e político do conjunto da sociedade. Do equilíbrio dessas relações depende o da região em que se manifestam».

3. Um auxilio financeiro é útil para encorajar a emigração da mão-de-obra excedentária.

Na Suécia, onde os estímulos à mobilidade são bastante utilizados, concedem-se subsídios de viagem e mudança, bem como um de instalação que inclui um abono familiar por nove meses e uma subvenção suplementar podendo atingir 2000 coroas (cerca de esc. 11 400\$00) para trabalhadores vindos de zonas consideradas críticas. Não só o trabalhador tem a viagem paga mas, enquanto candidato à migração, pode deslocar-se gratuitamente com a sua mulher ao local onde se pensa fixar, e permanecer aí durante quatro dias mesmo que, depois dessa deslocação, resolva optar por outro emprego.

4. É útil uma prévia preparação da partida de mulheres (casadas ou solteiras).

Dentre as diversas informações facilitando a adaptação das mulheres com responsabilidades familiares, são de destacar: o custo de vida; os alimentos diferentes; as possibilidades escolares; as possibilidades de emprego para mulheres, particularmente a meio tempo, e para jovens; a existência de organismos de assistência social. As mulheres solteiras necessitam de informações não só de orientação profissional como relativas aos hábitos sociais e às possibilidades de alojamento no novo meio.

5. É necessário divulgar, nos meios rurais, informações sobre as possibilidades profissionais na indústria, sem esquecer as diferenças individuais.

A decisão de abandonar o campo nem sempre se baseia em informações exactas. O candidato à migração deve ser esclarecido sobre todas as consequências que implica uma passagem da agricultura à indústria.

6. Os jovens rurais devem ser preparados, ainda na escola, para uma possível transferência de sector no fim dos estudos.

Para que todos os membros duma sociedade tenham as mesmas possibilidades de promoção é imperioso evitar desigualdades no sistema nacional de ensino. Isto exigirá não só a aplicação da pedagogia adequada aos diversos grupos de crianças como a revisão dos vencimentos pagos aos professores. Os programas televisionados poderão auxiliar.

7. Deve considerar-se a formação de jovens e a reclassificação de adultos, tanto nas comunidades de origem como nas de recepção.

A unificação das perspectivas de ensino e formação profissional não é apenas uma realidade prática exigindo a coordenação estreita das pastas do Trabalho e da Educação; ela resulta da própria semelhança dos resultados finais, na medida em que um e outro desenvolvem as potencialidades humanas caso a caso ¹¹.

8. É importante a atitude da comunidade de recepção.

Torna-se necessário que os locais não vejam nos recém-chegados uma ameaça à sua situação. Para evitar que o migrante se remeta ao convívio de outros migrantes podem tomar-se iniciativas práticas que facilitem o estabelecimento de relações humanas com os locais. O migrante deverá ser advertido sobre os costumes da sua nova comunidade, e auxiliado a transpor a barreira do isolamento inicial.

9. As despesas com assistência social aos migrantes devem ser encaradas, pela comunidade de recepção que as efectue, como verdadeiros investimentos com vista ao crescimento económico local.

¹¹ Recentemente, um lavrador português confiava-nos o seu espanto ante as qualidades insuspeitadas que a promoção profissional lhe revelara quando, movido pela evolução do mercado de emprego rural, começara a reclassificar, por conta própria, antigos cavadores. E concluiu do seguinte modo: «Isto mostra que a enxada embrutece».

A assistência deve ser provisória e de curta duração, uma vez que o seu objectivo é facilitar a rápida integração do migrante, tornando-o equiparado aos locais e tão independente como qualquer deles.

10. Os alojamentos e as condições gerais de infraestrutura social devem ser objecto duma atenção anterior à deslocação.

Entre as medidas com vista a este objectivo, devem contar-se a existência de centros de recepção, de reunião, de alojamento para jovens, além duma política habitacional, a qual constitui a única iniciativa civilizada contra os «bairros de lata».

11. Embora o Estado detenha o principal lugar entre as entidades a que cumpre facilitar a adaptação, o papel de entidades privadas não deve ser menosprezado.

Entre as entidades não estatais que podem facilitar a adaptação figuram, à cabeça, os sindicatos.

V.

O tema de que nos ocupamos não deve ser abordado de maneira a deixar a impressão de que a agricultura é uma actividade em vias de extinção. Qualquer pessoa sabe que tal não pode suceder, e no entanto é fácil, perante o crescimento do sector secundário, esquecer — nem que seja por erro de método na exposição — que o desenvolvimento industrial deve integrar-se num desenvolvimento colectivo, que abarque todos os sectores de actividade necessários à existência e progresso da colectividade. O mesmo é dizer que a transferência de mão-de-obra da agricultura para a indústria deve processar-se de molde a beneficiar tanto esta como aquela.

Já fizemos referência aos investimentos exigidos pela modernização do sector agrário, investimentos que não serão possíveis fora do contexto dum esforço nacional tendente a fazer face ao fenómeno irreversível da redução da mão-de-obra agrícola. Não se trata unicamente de mecanização. Esta última exige muitas vezes a modificação de culturas (mesmo que se traduza apenas em alterações na forma de plantação, como é o caso das vinhas com compassos apertados, a refazer com compassos que permitam a mecanização). Mas para além da mecanização, há a necessidade de incrementar a produção e reduzir os encargos com a comercialização de certos produtos, particularmente dos que, permitindo

mecanização total, só poderão continuar a produzir-se conseguindo-se manter um dado nível de rentabilidade. A utilização de mão-de-obra a meio tempo exige muitas vezes que a produção e a transformação do produto agrícola sejam asseguradas pela mesma entidade ¹².

E muitos mais aspectos encontraríamos para justificar a afirmação expressa, segundo a qual não se pode esperar que uma lavoura afectada pelo êxodo rural se modernize por si só. A prata da casa não basta para custear despesas que comem oiro.

Isto dito, consideremos o aspecto que se relaciona com o tema deste artigo.

Recordamos uma intervenção do delegado holandês na reunião internacional atrás referida, e que podemos sintetizar assim: A produção num sector agrícola modernizado exige que o reduzido contingente de trabalhadores que a assegura constitua um verdadeiro escol. Ora isso não será possível sem dois factores: 1) criação de boas condições de vida; 2) uma orientação profissional apta para conseguir que fiquem na agricultura os que têm vocação para isso, e não unicamente os que não ousaram transferir-se por deficiências físicas ou psicológicas, ou por velhice.

Esta advertência partia de alguém com autoridade moral no assunto. Efectivamente, os Países-Baixos constituem o exemplo duma nação que aceitou a evolução em causa, procurando orientá-la da melhor maneira. Com a capitação do produto bruto agrícola mais elevada do mundo, o seu contingente de activos já só representa 10 % da população activa total. A redução continua, esperando-se que baixe em breve para 6 % ou menos. Vale a pena dar uma olhadela a este país.

Relativamente ao ponto 1) referido pelo seu delegado (criação de boas condições de vida aos rurais) bastaria atentarmos no montante da sua capitação do PB agrícola ¹³. Quanto à política seguida em matéria de orientação profissional, ela consiste fundamentalmente em estimular o êxodo dos jovens em idade escolar e reduzir o êxodo de adultos. Ou seja, e para empregar uma expressão dos próprios serviços holandeses, estimula-se o êxodo primário e ajuda-se os jovens que *escolheram* a agricultura a não modificar a sua decisão. Para conseguir-se este último objectivo, criaram-se *programas de orientação social rural*, tendentes a modificar certas

¹² Em Portugal, cite-se a experiência efectuada na região de Vila Franca de Xira, onde o tomate, explorado pela indústria de sumos e concentrados, é recolhido pelo pessoal fabril que faz, na época da recolha, turnos no campo, ganhando então mais do que na fábrica, e sendo transportado por conta da empresa.

¹³ Em 1962, dls. \$3500. No mesmo ano: Bélgica dls. \$3400, Reino Unido dls. \$2900, E.U.A. dls. \$2700, Portugal dls. \$400 (cfr. Dr.^a Maria da Graça Marques ANTUNES, *Problemas de Mão-de-Obra Rural nos Países em Desenvolvimento*, caderno n.º 10 do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra.

atitudes colectivas antiquadas e introduzir ideias novas na comunidade rural, ou melhor, a levar as próprias comunidades rurais a se autodeterminarem nesse sentido¹⁴. Além disso, o Ministério da Agricultura dos Países-Baixos criou serviços aptos para fornecer verdadeira orientação técnica favorável à racionalização da produção agrícola.

Voltemos ao aspecto *condições de vida dos rurais*, particularmente relevante para Portugal.

Na sua alocução de 10 de Novembro de 1959 aos membros da FAO, João XXIII apontou como «obra de misericórdia» tudo quanto se fizesse «para aliviar do seu fardo e dar um pouco mais de bem-estar aos que fornecem pão aos restantes homens». É sabido como esse Pontífice dedicou um dos pontos da parte III de *Mater et Magistra* às exigências da justiça em relação ao sector da agricultura, e não apenas com vista ao alívio do fardo dos rurais, mas tendente a abolir os desequilíbrios entre sectores de actividade e regiões.

Essa abolição começa agora a ser entrevista como necessidade do desenvolvimento económico, ou mesmo da sobrevivência da produção agrícola. Nos países em que o êxodo rural, por vezes acelerado pela emigração, se faz sentir com mais surpreendente intensidade e rapidez, começa-se a compreender que é necessário consagrar, no Direito positivo, os direitos naturais, em matéria de condições de vida e segurança social, dos que — segundo a palavra do Papa — «fornecem pão aos restantes homens».

Semelhante consagração, se tivesse sido feita por razões de justiça, seria edificante. Efectuada por motivo de necessidade será útil. Mas, ao fim de contas, só os *decision makers* perderão por se revelarem mais atentos à voz dos números do que à da fraternidade humana, porque a criação de estruturas sociais mais justas é sempre um bem.

Abril de 1966

¹⁴ Como exemplo, cite-se um *projecto de orientação social* que consistiu num inquérito sobre os problemas de cultura social em doze pequenas aldeias da província de Limbourg. Começou-se por originar uma auto-análise da colectividade, que revelou imediatamente um protesto das mulheres contra o comportamento excessivamente patriarcal dos maridos. Cerca de 80 % da população assistiu à representação duma série de cenas consagradas aos temas do comportamento patriarcal e do conflito de gerações. Após a representação, houve debates. No ano seguinte, organizou-se a discussão por grupos de doze participantes. No quarto ano, organizaram-se grupos de discussão para mulheres, e no quinto ano para jovens. A informação a que nos reportamos assinala que, como resultado destes esforços pacientes e perseverantes, as comunidades iniciaram uma evolução por receptividade a novas ideias e, conseqüentemente, a novas maneiras de comportamento.